

**SOCIEDADE DE ENSINO SUPERIOR AMADEUS - SESA
FACULDADE AMADEUS - FAMA
CURSO DE PEDAGOGIA**

MANUELA SANTOS EUSTÁQUIO

**EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR: A ação
pedagógica dos docentes.**

**Aracaju SE
2019**

MANUELA SANTOS EUSTÁQUIO

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR: A ação pedagógica dos docentes.

Artigo científico apresentado à Faculdade Amadeus como trabalho de conclusão de curso e requisito básico para obtenção do Grau de Licenciatura plena em Pedagogia

Orientadora Professora Dra. Maria Auxiliadora Santos

**Aracaju SE
2019**

E91e EUSTÁQUIO, Manuela Santos

Educação ambiental no ensino fundamental : as dificuldades dos pedagogos / Manuela Santos Eustáquio. – Aracaju, 2019.

30f.

Orientador: Prof.^a Dra. Maria Auxiliadora Santos.
Artigo (Curso de Licenciatura Plena em Pedagogia) – Faculdade Fama, 2019.

1. Pedagogia 2. Educação ambiental 3. Pedagogos
4. Formação I – SANTOS, Maria Auxiliadora (orient.) II - Título

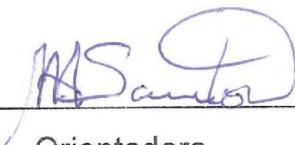
CDU: 37 (045)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR: A ação pedagógica dos docentes.

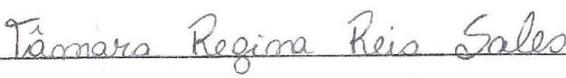
Artigo científico apresentado à Sociedade de Ensino Superior Amadeus, como requisito final para obtenção do Grau de Licenciatura Plena em Pedagogia.



Coordenador do Curso



Orientadora



Avaliador

Avaliador

Avaliação Final: 9,0 (Nove)

Aprovada em: Aracaju 20 11 2019

AMBIENTAL NO ENSINO FUNDAMENTAL MENOR: a ação pedagógica dos docentes

* Manuela Santos Eustáquio

RESUMO

O presente artigo delinea as dificuldades dos pedagogos ao abordar o tema sobre educação ambiental (EA) no ensino fundamental, descrevendo o seu contexto histórico, os problemas ambientais, suas causas, a questão da sustentabilidade, além dos tipos de Educação Ambiental (crítica e conservadora), fazendo uma reflexão acerca da realidade que os professores enfrentam ao abordarem o tema em questão em seu cotidiano escolar. Para fundamentação teórica foram utilizados os autores: Bodgan e Biklen (1982), Capra (2003), Carvalho (2004), Dias (2004), Guimarães (2000) e Miller (2007), tendo em vista responder a seguinte questão: Qual a contribuição dos professores do ensino fundamental para acrescentar ao conhecimento do aluno, quando abordam o tema educação ambiental? Esta pesquisa tem como objetivo geral investigar a ação pedagógica dos docentes ao trabalhar o tema EA, por meio da realização da análise da importância desse tema no cotidiano dos alunos do ensino fundamental menor. Como instrumento de coleta de dados, foi utilizada a entrevista com cinco professores e coordenadores de uma escola da rede particular de ensino de Aracaju SE, a fim de identificar os desafios e recompensas diante do trabalho com este tema. Por fim, observou-se que ainda há muito a ser feito para que a EA seja aplicada de maneira eficiente nas escolas, deve haver uma melhor formação dos professores, um maior incentivo das escolas de forma a possibilitar a realização de atividades interdisciplinares que contemplem esse tema e por fim, uma maior adesão de pais e da própria comunidade, que precisam estar conscientes da importância em se preservar o meio ambiente.

Palavras-chave: Educação ambiental. Dificuldade. Pedagogos. Formação.

ABSTRACT

This article outlines the difficulties of educators in addressing the issue of environmental education (EE) in elementary school, describing its historical context, environmental problems, their causes, the issue of sustainability, and the types of environmental education (critical and conservative).), reflecting on the reality that teachers face when approaching the theme in question in their daily school life. For theoretical foundation the authors were used: Bodgan and Biklen (1982), Capra (2003), Carvalho (2004), Dias (2004), Guimarães (2000) and Miller (2007). In order to answer the following question: What is the contribution of elementary school teachers to add to the student's knowledge when they approach the environmental education theme? This research aims to investigate the pedagogical action on the theme EA in elementary school, through the analysis of the importance of this theme in the daily life of elementary school students. As data collection instrument, the interview with five teachers and coordinators of schools of the private and public schools of Aracaju SE was used, in order to identify the challenges and rewards facing the work with this theme. Finally, it was noted that there is still much to be done for the effective application of EE in schools, there should be better teacher training, greater encouragement of schools to enable interdisciplinary activities that

address this and finally, and greater support from parents and the community themselves, who need to be aware of the importance of preserving the environment.

Keys Work: Environmental education. Difficulty. Pedagogues. Formation.

1 - INTRODUÇÃO

A situação ambiental no planeta é preocupante, visto que os homens degradam a natureza em busca dos seus interesses próprios. Diante desta preocupação a escola tem um papel importante de formar crianças com pensamentos e ações inversas das dos homens de hoje, trazendo uma esperança para o nosso futuro. Apesar de existir várias campanhas de incentivo à preservação e conservação do meio ambiente ainda falta muito esforço e empenho por parte da sociedade e dos governantes.

Segundo Durkheim (1987): “A sociedade, assim como o corpo humano, tem partes, necessidades e funcionamento interligados”. Este fragmento foi citado quando o brilhante francês tentou explicar o modo como a sociedade moderna se desenvolve. É necessário mencionar que o meio ambiente influencia, diretamente, na vida dos seres terrestres. Em suma, a vegetação é um importante fator na vida dos indivíduos da sociedade, sem ela todo tipo de vida no planeta Terra seria eliminada.

Entretanto, a população, mesmo tendo acesso aos diversos tipos de meios de comunicação, ainda ignora esse importante fator, desmatam florestas, destroem reservas ambientais para obter lucro, dentre outras ações, como diz o sociólogo Anthony Giddens: “as pessoas não querem aceitar que seu estilo de vida consumista contribui para a destruição do planeta, logo, é uma questão de baixa prioridade” (GIDDENS, 1989). Para que essa situação seja revertida, algumas medidas devem ser tomadas como: a redução do consumo desenfreado, e o desenvolvimento de técnicas para conter a poluição e suas consequências.

Para fundamentação teórica foram utilizados os autores: Bodgan e Biklen (1982), Capra (2003), Carvalho (2004), Dias (2004), Guimarães (2000) e Miller (2007), que tratam sobre o tema em questão e levantam discussões relevantes para esta pesquisa.

Dessa forma, a questão investigada com a execução do estudo versou sobre o seguinte questionamento: Qual a contribuição dos professores do ensino

fundamental menor para acrescentar ao conhecimento do aluno, quando abordam o tema educação ambiental? O objetivo geral foi investigar a ação pedagógica sobre o tema EA no ensino fundamental. E como específicos tem-se: analisar a importância do tema educação ambiental no cotidiano dos alunos do ensino fundamental; acompanhar as ações pedagógicas dos docentes na abordagem do tema educação ambiental; avaliar se o trabalho do pedagogo reflete em mudanças no comportamento dos alunos.

Esta foi uma pesquisa qualitativa (BOGDAN; BIKLEN 1982), com abordagem de estudo de caso. Inicialmente realiza uma abordagem histórica das raízes teóricas sobre a Educação Ambiental no Brasil, em seguida esclarece os tipos de educação ambiental, a relação do homem com a natureza, assim como os problemas ambientais, suas causas e sustentabilidade.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 Histórico da Educação Ambiental no Brasil

O desenvolvimento da realidade socioambiental se reúne em uma sequência de ocorrências sobre a história da vida na Terra, em que tivemos momentos desastrosos e também momentos brilhantes.

Para Dias (2004, p.25), a história da EA se iniciou quando o diplomata George Perkin Marsh publicou o livro “O homem e a natureza: ou geografia física modificada pela ação do homem”, que relatava a forma como os recursos do planeta estavam se esgotando. Em 1869 o biólogo Ernst Haeckel propôs que os estudos das relações entre as espécies, com o meio ambiente fossem denominados de Ecologia. Patrick Geddes, considerado o “pai da educação”, expressou sua preocupação com o desencadeamento do processo de urbanização que geraria consequências para o ambiente natural. A Reserva Florestal do Acre, com 2,8 milhões de hectares criada em 1891 pelo decreto 8.843 seria o início de como a questão ambiental seria tratada em nosso país.

Em 1977 aconteceu em Tbilisi a I Conferência Intergovernamental, nessa conferência foram destacadas as finalidades interdisciplinares da educação ambiental, as estratégias em nível nacional e internacional, além de ter resultado na Declaração sobre a Educação Ambiental. O congresso Internacional sobre a

Educação e Formação Relativas ao Meio Ambiente, na Rússia em 1987, veio fortalecer as orientações de Tbilisi, enfatizou a inclusão da dimensão ambiental no currículo de todos os níveis de ensino.

Em 1989 foi criado o IBAMA (Instituto Brasileiro de Meio Ambiente), que se destina à implantação da EA no âmbito não formal e à produção de materiais, como livros e vídeos. Segundo as políticas de Melhorias da Educação Ambiental no Brasil, em 1994 foi criado o Programa Nacional de Educação Ambiental.

A Lei nº 6939, da Política Nacional de Meio Ambiente, de 1981, apresenta em seu Art.2º, Princípio X:

Art 2º- A política Nacional do Meio Ambiente tem por objetivo a preservação, melhoria e recuperação da qualidade ambiental propícia à vida, visando assegurar, no País, condições ao desenvolvimento socioeconômico, aos interesses da segurança nacional e à proteção da dignidade da vida humana, atendidos os seguintes princípios:

- I- Ação governamental na manutenção do equilíbrio ecológico, considerando o meio ambiente como um patrimônio público a ser necessariamente assegurado e protegido, tendo em vista o uso coletivo;
- II- Racionalização do uso do solo, do subsolo, da água e do ar;
- III- Planejamento e fiscalização do uso de recursos ambientais;
- IV- Proteção dos ecossistemas, com a preservação de áreas representativas;
- V- Controle e zoneamento das atividades potencial ou efetivamente poluidoras
- VI- Incentivos ao estudo e à pesquisa de tecnologias orientadas para o uso racional e a produção dos recursos ambientais;
- VII- Acompanhamento do estado da qualidade ambiental;
- VIII- Recuperação de áreas degradadas;
- IX- Proteção de áreas ameaçadas de degradação;
- X- Educação ambiental a todos os níveis de ensino, inclusive a educação da comunidade, objetivando capacitá-la para participação ativa na defesa do meio ambiente (BRASIL, 1981, p.234).

A mesma lei, em seu Art. 10º garante que: “a educação ambiental será desenvolvida como prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal” (BRASIL, 1981, p.234).

Em 1992 foi realizado no Rio de Janeiro o mais importante evento sobre desenvolvimento sustentável, reunindo cerca de 179 países: a II Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento - Rio 92. A agenda 21 foi um dos principais documentos resultante desse evento, apesar da sua importância este assunto é visto apenas no papel, pois há pouco interesse em realizar as soluções que estão contidas nele.

A UNESCO promoveu em dezembro de 1997, uma Conferência Internacional sobre Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, em Thessaloniki, Grécia, na qual celebrou os 20 anos da Conferência de Tbilisi, e apresentou um documento denominado – Declaração de Thessaloniki, com o intuito de complementar a Agenda 21 no que diz respeito à Educação Ambiental, e à sensibilização em prol da sustentabilidade.

Esta Declaração (Thessaloniki) destaca a importância da Educação como “um meio indispensável para fornecer a todas as mulheres e homens no mundo a capacidade de conduzirem suas próprias vidas, exercitar suas escolhas pessoais e responsabilidades”. (UNESCO,1997). Além disso, apresenta algumas recomendações quanto à valorização da Educação Ambiental e dos profissionais que se dedicam às atividades de educação e conscientização das comunidades, como pode ser visto:

(...) A educação é um meio indispensável para propiciar, a todas as mulheres e a todos homens do mundo, a capacidade de conduzirem suas próprias vidas, exercitarem a escolha e a responsabilidade pessoal e aprenderem através de uma vida sem restrições geográficas, políticas, culturais, religiosas, linguísticas ou de gênero. A reorientação da educação como um todo em direção à sustentabilidade envolve todos os níveis de educação formal, não-formal e informal, em todas as nações.

O conceito de sustentabilidade não se restringe ao ambiente físico, mas também abrange as questões da pobreza, população, segurança alimentar, democracia, direitos humanos e paz. Sustentabilidade é, enfim, um imperativo moral e ético no qual a diversidade cultural e o conhecimento tradicional precisam ser respeitados. (UNESCO, 1997, p.3).

A concretização desta declaração só foi possível graças a um processo de debates, no entanto esta iniciativa não foi suficiente para encerrar o assunto, como consta no texto da UNESCO:

Obviamente, este documento está longe de ser completo, pois não inclui tudo o que poderia ser dito sobre esse vasto tema. Por esse motivo, o prefácio do Diretor-Geral caracteriza o trabalho como “o começo de um processo e não uma conclusão”. Essa primeira tentativa de articular mensagens-chave de educação para desenvolvimento sustentável e de considerar seus numerosos componentes deverá, ao longo do tempo por meio de debate e da mais ampla participação possível, ser tarefa atribuída à UNESCO. É por essa razão que este documento, deliberadamente, não é dirigido aos que já estão comprometidos nesse campo. Para algumas pessoas, o trabalho, sem dúvida, dará a impressão de repetir o que já sabemos. Mas, para os outros, que participam em um ou em outro aspecto desse amplo assunto – docente, funcionários

governamentais, ONGs – e para os que não estão diretamente vinculados a educação sendo, porém, parte interessada na educação para o desenvolvimento sustentável – empresas, setor produtivo, instituições financeiras, comunidade universitária - o trabalho abrirá a ampla perspectiva que o conceito de educação para o desenvolvimento sustentável propõe. É necessário precisar que os temas já estabelecidos claramente, como educação ambiental, e educação em matéria de população cumprem uma função fundamental e continua mantendo a identidade própria (UNESCO, 1999, p.3).

Há uma necessidade de reorientação a respeito da educação para o desenvolvimento sustentável com destaque para a priorização da educação básica e da reforma curricular das escolas e capacitação docente, como a elaboração de estudos e programas interdisciplinares em todos os níveis.

Desta forma, o plano de ação proposto, na Declaração de Thessaloniki, não deve ser implementado somente pelas instituições internacionais, mas por entidades e grupos importantes dentro de cada nação, a fim de realizar um trabalho mais abrangente, como consta:

[...] educação já não é considerado um fim em si própria, mas um instrumento para: provocar mudanças de valores, de comportamentos e de estilos de vida necessários para o desenvolvimento sustentável e, em última instância, a democracia, a segurança humana e a paz; difundir o conhecimento, as técnicas e as habilidades necessárias para criar perfis de produção e de consumo sustentáveis e melhorar a gestão dos recursos naturais, a agricultura, a energia e a produção industrial; garantir uma população informada, preparada para apoiar as mudanças para a sustentabilidade emergente em outros setores (UNESCO, 1999, p.3).

A Conferência Internacional sobre o Meio Ambiente e Sociedade: Educação e Conscientização Pública para a Sustentabilidade, além de tornar claro o conceito de educação, demonstrou a importância desta, como instrumento para um pensamento sustentável.

Ainda em 1999, foi criada a Política Nacional de Educação, pela lei nº 9.795 (BRASIL, 1999), a qual estabelece, em seu Artigo 9º a obrigatoriedade da educação ambiental na educação básica:

Art. 9º Entende-se por educação ambiental na educação escolar a desenvolvida no âmbito dos currículos das instituições de ensino públicas e privadas, englobando:

- I- Educação básica:
 - a) Educação infantil;
 - b) Ensino fundamental e
 - c) Ensino médio; (BRASIL, 1999)

Desta forma, a Educação ambiental passa a ser parte dos conteúdos trabalhados nas escolas e se propõe a ajudar as gerações futuras a construir uma cultura voltada para a preservação do meio ambiente e a sustentabilidade.

2.2 Conceito e tipos de Educação Ambiental (Crítica e Conservadora)

Segundo a Política Nacional de Educação Ambiental – Lei nº 9795/1999, Art. 1º, (BRASIL, 1999):

Entendem-se por educação ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial à sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade. (BRASIL, 1999, s/p).

A Educação Ambiental não deve ser feita apenas de conteúdos informativos, ela deve propor uma postura crítica, deve incomodar, provocar o ser humano para que o mesmo possa refletir acerca da sua realidade e sinta o desejo de transformá-la. Assim segundo Carvalho (2001),

a formação de uma atitude ética e política é a grande contribuição que a educação ambiental pode dar num mundo em crise como o que vivemos. Não se restringindo apenas à transmissão de informações ou à inculcação de regras de comportamento, a educação ambiental está engajada na construção de uma nova cultura (CARVALHO, 2001, p.23)

Não existe uma única definição para o conceito de Educação Ambiental, ela deve ser entendida como um auxílio ao indivíduo para se integrar nos sistemas naturais que o cercam.

Segundo Novicki e Gonzalez (2009) a educação ambiental não deve ser uma educação de regras, que condicionam os indivíduos a terem certos comportamentos. As atitudes e comportamentos relacionados à EA devem ser entendidos como um ato de cidadania, respeito, solidariedade e compromisso com a realidade ecológica a qual enfrentamos. Somente desta forma, será possível compreender a importância de nossas atitudes e como estas podem se refletir no mundo à nossa volta.

Para Dias (2004) a EA-Conservadora é uma reflexão sobre a própria prática. Normalmente, ela se limita a iniciativas estereotipadas, pontuais e prontas, observadas em projetos nas escolas, nas empresas, nos meios de comunicação

através da coleta seletiva do lixo, plantio de mudas de árvores e realização de semanas ambientais. Essa perspectiva reflete ações e mudanças individuais, sendo incapaz de promover a transformação da sociedade ou de paradigma.

Segundo Guimarães (2000):

Esta educação ambiental tradicional, não pode e/ou não quer perceber as redes de poder que estruturam as relações de dominação presentes na sociedade atual, tanto entre pessoas (relação de gênero, de minorias étnicas e culturais), entre classes sociais, quanto na relação norte-sul entre nações, assim como também entre relações de dominação que se construíram historicamente entre sociedade de natureza. São relações de poder e dominação que podemos encontrar nos pilares da crise ambiental dos dias de hoje. (GUIMARÃES, 2000 p. 35)

A EA Crítica propõe o incentivo da formação de um cidadão consciente de suas ações, capaz de realizar reflexões sobre o mundo e interferir no mesmo. Entende-se que somente por meio destas experiências é que a criança pode adquirir e desenvolver capacidades que vão estimular o seu desenvolvimento, além disso se o trabalho for orientado por uma equipe técnica empenhada, inserindo o aspecto cultural e os valores da comunidade, o retorno será ainda maior, pois trará benefícios também para o meio em que o educando vive, desenvolvendo com isso, a capacidade de transformação do espaço ao seu redor.

Sendo assim, cabe ao educador realizar esta integração entre a escola, o aluno e a comunidade, por meio de práticas educativas voltadas para a aplicação de valores e habilidades, que irão trazer desenvolvimento na área ambiental e melhoramentos para o estilo de vida da comunidade. Como explica Guimarães (2000):

Em uma concepção crítica de Educação Ambiental, acredita-se que a transformação da sociedade é causada e consequência da transformação de cada indivíduo, há uma reciprocidade dos processos no qual propicia a transformação de ambos. Nesta visão o educando e o educador são agentes sociais que atuam no processo de transformações sociais; portanto, o ensino é teoria/prática, é práxis. Ensino que se abre para a comunidade com seus problemas sociais e ambientais, sendo estes conteúdos de trabalho pedagógico. Aqui a compreensão e atuação sobre as relações de poder que permeiam à sociedade são priorizados, significando uma educação política. (GUIMARÃES, 2000, p.17)

O objetivo principal da educação ambiental crítica está em afirmar que, por ser uma prática social, como tudo aquilo que se refere à criação humana na

história, necessita unir os processos ecológicos aos sociais na leitura de mundo, na forma de intervir na realidade e de existir na natureza.

De acordo com Capra (2003), a prática para uma vida sustentável é uma tarefa que facilita a compreensão das ações humanas e os impactos gerados, ensinando os princípios ecológicos embasados na vivência dos cidadãos: “(...) por meio dessas experiências, nós também tomamos consciência de que nós mesmos fazemos parte da teia da vida e, com o passar do tempo, a experiência da ecologia na natureza nos proporciona um senso do lugar que pertencemos”. (CAPRA, 2003, p.14).

O ambiente escolar possibilita o desenvolvimento da sociedade, portanto, a vivência nesse ambiente transforma as futuras gerações, a implantação de uma conduta consciente torna o cidadão um elemento sustentável mostrando a sua responsabilidade e preservando o meio que está inserido.

2.3 Breve Abordagem da Relação entre o Homem e a Natureza

Carneiro (2005) afirma que a relação entre homem e natureza foi bastante prejudicada, em especial, nos últimos séculos, em decorrência da influência do sistema capitalista. O capitalismo é um sistema político-econômico que teve início no final do século XVIII início do XIX, impulsionado pela Revolução Industrial ocorrida primeiramente na Inglaterra, França e Alemanha e posteriormente para diversos países do mundo. O capitalismo está vinculado ao comércio e ao consumo que produz o objetivo maior desse sistema, o lucro. Segundo Carvalho (2004) o modo de produção tendo como base o consumo generalizado de produtos industrializados e demandante de matérias-primas, é o marco inicial para o processo de mudanças econômicas, sociais e ambientais estabelecidas pelo sistema produtivo.

A partir deste momento a ideia de desenvolvimento ganha força, associada ao consumo e estabelecendo as diretrizes para o desenvolvimento econômico, no entanto ao observar que alguns países, apesar de industrializados não apresentam nenhuma melhoria para a qualidade de vida de sua população, coloca-se em discussão esse processo de crescimento.

Veiga (2008), chama a atenção para uma ampliação na ideia de crescimento econômico a partir do surgimento do primeiro Relatório do Desenvolvimento Humano em 1990. Esse documento apresenta reflexões sobre as

políticas de desenvolvimento que deveriam ser realmente adotadas para este fim, incluindo outras questões como a melhoria da qualidade de vida das pessoas e o avanço social da sociedade. Sterling (2001) acrescenta que a preocupação com a questão ecológica e ambiental, também passou a fazer parte deste processo de desenvolvimento com a conferência de Estocolmo em 1972, onde destacou-se a importância do meio ambiente e a necessidade de uma pesquisa permanente e global das possibilidades do futuro humano.

Em 1987, foi lançado o Relatório do Nosso Futuro Comum, também chamado Relatório Brundtland, que teve como proposta chamar a atenção para a urgência de debates para a integração das questões ambientais com as questões relativas ao desenvolvimento econômico através da promoção de reuniões que pudessem guiar os governos do planeta em direção a políticas sustentáveis.

As primeiras discussões sobre o conceito de Ecologia, segundo Carvalho (2004), baseavam-se no clube de Roma, e destacavam que o consumo industrial dos recursos naturais seria a causa da limitação do homem dentro da natureza. No entanto, na ECO-92, surge uma nova concepção do conceito de Ecologia, na qual “os países pobres não precisam e não devem estar subordinados a uma ordem produtiva secundária, feita de uma maneira a garantir a riqueza do planeta, da qual não se retira nem uma parte do mínimo sustentável” (CARNEIRO, 2005, p. 35). É importante chamar a atenção que é a partir da evolução do conceito de ecologia e de desenvolvimento, que a sociedade e os governos locais puderem visualizar modelos de apropriação da natureza e de relação entre Estados, sociedades e cidadania, que garantam a mitigação de impactos ao meio ambiente. Segundo Ferreira (2010):

O conceito de Desenvolvimento Sustentável apresentado em 1987, pela Comissão do Meio Ambiente, é definido como “aquele que atende às necessidades do presente sem comprometer a possibilidade de as gerações futuras atenderem as suas próprias necessidades”. (CMMAD, 1991, “p.46”).

Os objetivos que derivam de tal documento estão relacionados com o processo de crescimento da cidade e objetiva a conservação do uso racional dos recursos naturais incorporados às atividades produtivas. Entre esses objetivos estão: crescimento renovável; mudança de qualidade do crescimento; satisfação das necessidades essenciais por emprego, água, energia, alimento e saneamento básico; garantia de um nível sustentável da população; conservação e proteção da

base de recursos; reorientação da tecnologia e do gerenciamento de risco; - reorientação das relações econômicas internacionais.

Entende-se, a partir desse conceito de Desenvolvimento, que:

Não pode haver desenvolvimento sustentável, nos países desenvolvidos e/ou em desenvolvimento, enquanto as populações carentes não tiverem suas necessidades sociais básicas – sobretudo alimento, vestuário, habitação, emprego e lazer- atendidos (CARVALHO, 2001, p. 206).

Assim, a utilização deste conceito de forma mais ampla, vem sendo difundido e adotado pelas instituições como parâmetro a ser seguido na elaboração de projetos e orientação de políticas públicas para garantir a sustentabilidade, gerando algumas discussões e colocando a sustentabilidade em questão, uma vez que “atividades econômicas transformam o meio ambiente e o meio ambiente alterado constitui uma restrição externa para o desenvolvimento econômico e social” (ALTVATER, 1995, p. 26).

2.4 Problemas ambientais, suas causas e sustentabilidade

Atualmente, enfrentamos uma série de problemas que envolvem o meio ambiente e os recursos naturais. A primeira medida que se deve adotar para tratar esses problemas é identificar as causas básicas que contribuem para a degradação do meio ambiente: crescimento populacional, desperdício de recursos, pobreza, falta de responsabilidade ambiental e ignorância ecológica.

O crescimento populacional afeta diretamente o meio ambiente, uma vez que traz inúmeros transtornos para as grandes cidades, como o crescimento urbano desordenado, acúmulo de lixo, demanda de carros e de indústrias que poluem o meio ambiente, dentre outros fatores que não podem ser aprofundados neste projeto, mas que colaboram para a degradação do meio ambiente.

Vale destacar que o desperdício também é um grave problema que merece destaque, uma vez que os recursos renováveis de tão explorados e desperdiçados, se encontram drasticamente reduzidos, como a água, que se continuar sendo utilizada de formas indevidas, futuramente pode chegar a valer mais do que o ouro e o petróleo.

Uma sociedade sustentável, do ponto de vista ambiental, atende às necessidades básicas da população, sem degradar, ou comprometer as gerações futuras. O primeiro passo em direção a sustentabilidade

é compreender o que a natureza fornece. A segunda etapa é reconhecer que muitas atitudes humanas degradam o meio ambiente fazendo o uso de recursos normalmente renováveis mais rápido do que a natureza consegue renová-los. A busca por soluções envolve uma série de conflitos que precisam ser resolvidos e ajustados. Ao buscar soluções as pessoas se juntam para fazer as mudanças políticas e sociais necessárias para resolver o problema. (MILLER, 2007, p. 28)

Nosso maior desafio é reconhecer que a maioria das mudanças econômicas e políticas vêm do resultado das nossas ações individuais que serão extremamente necessárias para provocar uma grande mudança social. Mesmo em uma pequena minoria, temos feito grandes progressos na melhoria da condição humana e no tratamento de diversos problemas ambientais.

3 RESULTADOS E DISCUSSÕES

Tendo em vista uma melhor compreensão acerca das dificuldades encontradas pelos pedagogos diante do ensino da educação ambiental no ensino fundamental, foram realizadas entrevistas com 5 (cinco) pedagogas das séries iniciais e uma coordenadora da rede particular de ensino de Aracaju\SE, a fim de avaliar as práticas educativas voltadas para a EA, se estas contam com o apoio da escola e como vêm sendo realizadas no cotidiano destas crianças.

Inicialmente, foi realizada uma análise do perfil das professoras. Observou-se que são todas do sexo feminino, entre 22 e 36 anos, graduadas em pedagogia, atualmente atuando em turmas do fundamental menor e com experiências variadas, sendo que três apresentam menos de quatro anos de experiência, enquanto apenas uma, mais de 10 anos trabalhando diretamente com crianças em sala de aula. Com relação às suas atividades foram realizadas as seguintes perguntas:

•Você já participou de alguma atividade, programas ou curso que aborde meio ambiente e educação ambiental? Quais?

Todas as professoras responderam de forma positiva, sendo que uma se referia a experiências realizadas em disciplinas cursadas na faculdade apenas, ou seja, não aplicou em suas práticas diárias questões voltadas para esta temática de forma planejada, como pode ser visto nesta fala. “Sim. Na Faculdade, através da aula prática de Educação Ambiental e Ciência”.

Já as outras realmente participaram de programas voltados para a EA, em especial no espaço escolar, além da realização de projetos, como pode ser observado em suas falas: “Sim. Programa de sustentabilidade” (professora 3); “Sim, um curso sobre meio ambiente no espaço escolar” (professora 4); “Sim, o curso educação e ambiente no cotidiano escolar” (professora 5).

• A escola que você trabalha possui alguma atividade ou projeto que visa preservar o meio ambiente ou de Educação Ambiental? Caso afirmativo, qual (is)?

As respostas quanto a esta questão, demonstram que nem todas as escolas, apesar das orientações e diretrizes que norteiam esta temática, estão realizando ações voltadas para a EA. Apenas uma professora respondeu de forma negativa mas comentou que a escola cede espaço para que os pedagogos desenvolvam o tema e projetos voltados para a EA, como declara a entrevistada: “Não. Apenas cede espaço para o professor desenvolver o tema EA”.

As outras quatro apresentaram os projetos realizados em suas escolas e disseram que possuem a preocupação em aplicar sempre que possível em suas aulas, atividades voltadas para a conscientização dos alunos diante dos problemas ambientais.

• Você aborda o tema meio ambiente na sua disciplina? (Ou desenvolve práticas de educação ambiental na sua disciplina?)

Apenas uma respondeu “as vezes”. Ela explicou que a grande quantidade de conteúdos e o pouco tempo, além da grande dificuldade em trabalhar com os pequeninos torna mais difícil a aplicação cotidiana de atividades voltadas para a EA. Ela disse saber da importância deste trabalho, porém confessa que apenas realiza atividades quando orientada pelo livro ou por algum projeto realizado pela escola. Já as outras quatro professoras disseram trabalhar em seu cotidiano com a EA. E completaram que além das atividades propostas pelo livro didático, elas aplicam em suas aulas diariamente a discussão sobre a preservação do meio ambiente, buscando relacionar os conteúdos trabalhados com a conscientização e a busca por propostas de uma melhor qualidade de vida para todos, conforme orienta a BNCC.

É importante destacar que na Base Nacional Curricular Comum, o tema aparece entre as competências gerais: “Agir pessoal e coletivamente com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando

decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários” (BRASIL, 2016).

Vale destacar que além da BNCC, a política de educação ambiental conta com algumas diretrizes e normativas que vêm sendo construídas ao longo do tempo, impulsionadas especialmente pela Rio 92 - Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento. Todos esses recursos devem ser utilizados para a realização de práticas atuais e condizentes com o desenvolvimento da sociedade e de cidadãos críticos.

• De que forma e com que frequência você aborda o tema meio ambiente em sala de aula?

Uma das professoras novamente respondeu que trata deste assunto apenas quando solicitada pelo livro a partir das atividades propostas, já as outras quatro demonstraram estar bastante engajadas em seus projetos dentro da escola, aplicando frequentemente atividades em sala voltadas para a conscientização ambiental, bem como estimulando seus alunos a participarem dos projetos realizados na escola, como por exemplo a implantação de hortas, ou separação do lixo, etc.

Segundo Dias (2004) na educação infantil a apresentação de temas ambientais deve ser abordada sobre uma perspectiva geral, dando ênfase para a realização de atividades que envolvam os educandos, de forma a estimulá-los, uma vez que, nesta fase, as crianças são bastante curiosas e é comum uma maior integração e participação das mesmas. Assim, é importante que estas atividades sejam contínuas, conduzindo à apresentação de temas pertinentes que levem a uma conscientização, de maneira que a criança dissemine tal conhecimento, fato comum uma vez que estas ao adquirirem um novo conhecimento repassam principalmente para seus familiares.

Sendo assim, é importante que sejam apresentadas práticas ecologicamente corretas para incutir uma conscientização acerca do meio ambiente desde cedo, e a escola tem a responsabilidade de dar suporte para o desenvolvimento de uma educação Ambiental de qualidade, estabelecendo o meio ambiente como patrimônio de todos, desenvolvendo atividades artísticas, experiências práticas, atividades fora de sala de aula, projetos, etc., conduzindo os alunos a serem agentes ativos e não passivos e meros espectadores.

•Você acha que a sua didática de ensino quando aborda o tema EA muda o comportamento do seu aluno diante da sociedade?

Apenas uma professora acredita que é necessário muito mais que atividades em sala de aula, ou programas e projetos para mudar o comportamento dos alunos em relação à EA. Ela explica que essa postura é aprendida em casa e cultivada em seu cotidiano. Líbano (2004) faz o comentário que se assemelha a esta opinião da professora.

A educação ambiental não pode ser apenas uma tarefa da escola, ela envolve ações práticas que dizem respeito ao nosso comportamento nos vários ambientes (na família, na escola, na cidade, na empresa etc.) (...) as pessoas precisam ser convencidas a se engajar em campanhas para a coleta seletiva do lixo, a adquirir o hábito de não jogar coisas na rua, a não mutilar a natureza, a lutar contra a poluição ambiental etc. (LIBÂNEO, 2004, p.60)

Deste modo o autor deixa claro que a educação ambiental não é apenas uma educação que deve ser ensinada na escola, mas precisa ser trabalhada também em casa.

Quanto às outras professoras, elas acreditam que a escola é o ambiente perfeito para esta conscientização, uma vez que é lá que as crianças passam maior parte do seu tempo, aprendendo, trocando conhecimentos, fazendo amizades e descobrindo que tudo aquilo que elas aprendem sobre o mundo ao seu redor, precisa ser preservado e cuidado por elas mesmas, para que no futuro outras pessoas possam aproveitar. Essa experiência é bastante importante na vida das crianças pois ensina que elas precisam cuidar umas das outras e do mundo ao seu redor, como comenta Meyer (1991).

[...] para que a educação ambiental provoque mudanças de hábitos e atitudes dos indivíduos, atingindo seu objetivo, ela deve envolver os alunos em atividades que despertem essas mudanças, tanto em suas atitudes, sentimentos e valores, além do ensino teórico das ciências (MEYER, 1991 apud FARIAS; ANDRADE, 2010, p. 213).

Todas as professoras têm razão, sendo que a resposta da primeira completa a das outras, uma vez que não cumpre à escola educar, mas apenas trabalhar os conteúdos e possibilitar que as crianças pensem e procurem melhorar o mundo à sua volta. É com a família e as pessoas que as cercam que as crianças irão colocar em prática o que aprendem na escola.

•Você tem dificuldade de trabalhar temas relacionados ao meio ambiente e educação ambiental com seus alunos? Qual (is) motivos geram essas dificuldades?

Duas professoras disseram que não apresentam nenhuma dificuldade para trabalharem a EA em seu cotidiano escolar, uma vez que a escola apresenta projetos voltados para este tema que sempre estão presentes nas atividades e propostas apresentadas às crianças. Já as outras três comentaram que a grande quantidade de conteúdos e atividades realizadas na escola devido a outras programações voltadas para as crianças é um grande desafio para se trabalhar a proposta da EA diariamente com os alunos. Dessa forma, apesar de a escola, muitas vezes, até apresentar projetos voltados para este tema, nem sempre o professor consegue realizar atividades que possibilitem aos alunos, uma vez que estamos tratando de ensino fundamental menor, compreensão e consciência da importância do tema em suas vidas.

Como orienta Effting (2007):

A Educação Ambiental é o exercício para compreender, apreciar, saber lidar e manter os sistemas ambientais na sua totalidade, buscando sempre seus princípios, seus valores, suas percepções, fatores econômicos e tecnológicos centrados na sua história. É a arte de aprender como gerenciar e melhorar relações entre a sociedade humana e o meio ambiente de modo integrado e sustentável com o emprego de novas tecnologias evitando desastres ambientais e minimizar os danos existentes aprendendo a tomar decisões certas (EFFTING, 2007, p. 32).

Observa-se que a EA não é trabalhada como deveria de acordo com os PCN's e com a Lei Nº 9.795, de 27 de abril de 1999, em seu art. 10:

Art. 10. A educação ambiental será desenvolvida como uma prática educativa integrada, contínua e permanente em todos os níveis e modalidades do ensino formal.

§ 1º A educação ambiental não deve ser implantada como disciplina específica no currículo de ensino.

§ 2º Nos cursos de pós-graduação, extensão e nas áreas voltadas ao aspecto metodológico da educação ambiental, quando se fizer necessário, é facultada a criação de disciplina específica.

§ 3º Nos cursos de formação e especialização técnico-profissional, em todos os níveis, deve ser incorporado conteúdo que trate da ética ambiental das atividades profissionais a serem desenvolvidas.

Art. 11. A dimensão ambiental deve constar dos currículos de formação de professores, em todos os níveis e em todas as disciplinas.

Parágrafo único. Os professores em atividade devem receber formação complementar em suas áreas de atuação, com o propósito de atender adequadamente ao cumprimento dos princípios e

objetivos da Política Nacional de Educação Ambiental (BRASIL, 1999, p.23)

Observa-se que na realidade os professores sentem dificuldade para realizarem atividades com essa temática pelo fato do extenso currículo que acaba dando uma ênfase maior as disciplinas como: Língua Portuguesa e Matemática. Além disso, nem sempre as escolas oferecem condições adequadas para desenvolver projetos, ou realizar programas voltados para a conscientização e a preservação.

A seguir, serão apresentadas as respostas da entrevista realizada com a coordenadora de uma escola da rede particular de ensino de Aracaju/SE. Novamente as questões serão apresentadas e as respostas analisadas:

•A escola desenvolve projetos de educação ambiental? Qual (is) projetos são desenvolvidos ao longo do ano letivo?

A entrevistada respondeu quanto à realização de atividades de EA na escola em que trabalha de forma positiva, ou seja, eles trabalham e realizam projetos voltados para a EA durante o ano letivo, juntamente com professores e alunos, em especial das series iniciais.

Segundo Andrade (2000), a mudança de mentalidade é fruto de uma promoção contínua do exercício e da reflexão, no entanto ainda há muito a ser realizado, especialmente quanto à uma formação mais crítica de professores com relação a este assunto.

Observa-se que os principais assuntos abordados nas escolas em seus programas e ações voltados para o ensino da EA dizem respeito à “preservação do meio ambiente” e “reciclagem”. Entretanto é importante que não apenas os professores voltados para esta área tenham o interesse em abordar este assunto. A escola como um todo precisa conscientizar-se e trabalhar com o proposto de incentivar nas crianças uma preocupação com o bem-estar do meio ambiente.

Como comenta Fazenda (2003):

Considerando que a educação ambiental tem por objetivo a busca do conhecimento de todas as áreas para a solução dos problemas ambientais, a fragmentação do conhecimento, ou seja, por disciplinas, pode dificultar esta proposta de trabalho. Portanto, deverá ocorrer uma reflexão profunda por parte dos educadores para que ocorra uma transformação interna possibilitando ampliar a visão da fragmentação para a interdisciplinaridade, ou para uma visão globalizante e complexa (FAZENDA, 2003, p. 27).

A coordenação, nesse sentido, tem um papel fundamental de possibilitar este debate entre os professores e de dar condições para que eles trabalhem com este tema tão importante na formação das crianças. Para que isso ocorra é necessária uma reestruturação do cenário escolar e de seus autores, restituindo “ao ser humano o lugar de referência, o ponto de partida e chegada de todas as formas do conhecimento” (KACHAR, 2001, p. 65).

• Quantos professores da escola estão envolvidos no desenvolvimento dos projetos? Quais dificuldades eles enfrentam?

Quanto a esta questão a entrevistada respondeu que 3 professoras estão mais envolvidas, porém, o ideal seria que todas estivessem engajadas nesse trabalho. Disse também que a escola apresenta sugestões de projetos e temáticas a serem trabalhadas, mas a forma como estas são aplicadas no cotidiano escolar fica a critério dos professores. Ao serem questionados sobre estes projetos comentam que suas maiores dificuldades, em especial com os alunos das séries iniciais, relacionam-se com o tempo para prepará-las e aplicá-las uma vez que o pedagogo precisa trabalhar também com as outras disciplinas, então não pode focar apenas em uma temática.

É observado na resposta dada pela coordenadora a deficiência de uma política escolar em capacitar seus profissionais a trabalharem temas ambientais de forma interdisciplinar. Quando se fala em EA observa-se que os principais temas abordados nos projetos desenvolvidos nas respectivas escolas estão relacionados à preservação do meio ambiente e à reciclagem, assuntos que podem e devem ser facilmente abordados pelas áreas das artes, matemática e mesmo da história, ao se considerar por exemplo os principais efeitos ambientais das diferentes situações e/ou fenômenos ocorridos ao longo do processo histórico. Este tipo de visão, no entanto, ainda não faz parte da realidade de alguns professores e coordenadores que acreditam que a EA é assunto apenas de uma disciplina específica.

Assim, fica evidente que a interdisciplinaridade é muito mais que uma simples integração de conteúdo. Ela não dilui as disciplinas, ao contrário, mantém sua individualidade, integrando-as, a partir da compreensão das múltiplas causas ou fatores que intervêm sobre a realidade e trabalhando todas as linguagens necessárias para a construção de conhecimentos, comunicação e negociação de significados e registro sistemático dos resultados (BRASIL, 1999).

• Como é à participação e o envolvimento dos alunos nos projetos?

Com relação à participação dos alunos ficou claro pelo entrevistado que todos participam e gostam de realizar atividades voltadas para a EA, em especial os pequenos que se envolvem completamente com as ações sem a preocupação que estas estejam valendo nota.

É importante ressaltar que o incentivo a qualquer que seja a atividade desenvolvida na escola, deve hierarquicamente passar pela aceitação dos níveis mais altos da gestão, para que o projeto flua, sem impedimentos. Um projeto desenvolvido em determinada instituição que não tenha o aval de seus gestores, muito possivelmente, tende a não dar certo. É por isso que o projeto deve ser consistente, participativo, embasado na realidade do aluno, com justificativas e objetivos claros, como expõe Gadotti (2000):

Todos que fazem parte da escola, atuam e interferem um sobre o outro, interagindo, ao mesmo tempo com o contexto. Isso mostra a existência de uma relação dialética entre os sujeitos da comunidade educativa. Mesmo com funções diferentes, todos são participantes e responsáveis pelo processo, numa relação de respeito, permitindo que aconteça o diálogo, a criatividade, a criticidade, a esperança, a afetividade, o compromisso social (GADOTTI, 2000, p.64).

O autor, ainda reforça a ideia de que o projeto “sempre em construção, cria as possibilidades de definição de metas coletivas que possam conduzir à busca de um patrimônio ideal comum, e não, exclusivamente, baseado na participação comum nos processos técnicos, burocráticos ou instituídos” (GADOTTI, 2000, p. 69).

Para Vasconcellos (2013, p.143), “o projeto educativo é o plano global da instituição. Construído participativamente, é uma tentativa, no âmbito da educação, de resgatar o sentido humano, científico e libertador do planejamento”.

• Qual a sua opinião sobre a inserção do tema EA no currículo do ensino fundamental?

A entrevistada respondeu que acredita ser bastante importante, uma vez que a escola é um espaço de formação de ideias e comportamentos, no qual a consciência ambiental precisa estar presente a fim de garantir um respeito maior com a natureza tendo em vista o nosso bem-estar e das gerações futuras.

Conforme explicita Oliveira (2005), a EA é um processo de aprendizagem longo e contínuo que busca formar e desenvolver atitudes racionais e responsáveis

na perspectiva de criar um novo modelo de relacionamento entre homem e meio ambiente.

A mesma perspectiva é apresentada por Carvalho (2004, p.35) o qual define a EA como sendo uma preocupação inicial dos movimentos ecológicos com a “finitude e a má distribuição dos recursos naturais”, preocupação esta que não se aplica apenas ao mau uso destes recursos, mas reflete na formação de cidadãos envolvidos em ações sociais ambientalmente apropriadas.

Deste modo, a escola é sem dúvida alguma, um dos maiores campos de atuação da EA, uma vez que é um espaço privilegiado, onde se pode criar condições e alternativas que estimulem os alunos a terem concepções e posturas cidadãs, cientes de suas responsabilidades e principalmente, integrantes do meio ambiente.

Assim, a EA precisa fazer parte de uma ação educativa permanente, que faça parte da formação cidadã do aluno e do professor, como aponta Ferreira (2010),

A autoridade da formação de um educador sobre a sua prática é imensa, o que pode até impossibilitar a prática da EA na escola e isso corrobora, ainda mais, a importância de se discutir a formação e a prática do professor em EA (FERREIRA, 2010, p. 34).

Quanto à questão da formação do professor e de sua participação ativa diante da EA, é importante destacar que este é um tema relativamente recente, em termos de sua inclusão nos programas de formação docente e também em relação a sua inserção no currículo das escolas. Diante disso, muitas são as dificuldades que o professor encontra para colocar em prática uma educação tão abrangente como é a EA (BONOTTO, 2009), da mesma forma gestores e alunos quanto a uma integração mais positiva. Isso não significa que não devemos tratar de uma questão tão polemica, mas explica o desanimo e falta de preocupação de alguns e principalmente a urgência em mudar esta situação.

4 CONCLUSÃO

A realização desta pesquisa permitiu observar de que forma a EA é tratada nas escolas a partir da comparação da atitude dos entrevistados com a realidade que cerca esta temática no Brasil. Sabe-se que a inserção da Educação Ambiental no currículo nas escolas deve obedecer às orientações dos PCN's, da

BNCC e da PNEA - Política Nacional de Educação Ambiental, que diz que ela deve ser ofertada continuamente no ensino básico, de forma transversal e interdisciplinar.

Na pesquisa de campo, foram realizadas entrevistas com cinco professoras do ensino fundamental e uma coordenadora a fim de melhor possibilitar uma compreensão sobre a temática em questão e constatou-se que apesar das orientações apresentadas nos PCNs acerca da inclusão do ensino de EA nos currículos escolares, na prática o que ocorrem são pequenos projetos, ou atividades contemplando este tema de forma isolada. A escola ainda não abre o espaço suficiente para que essa questão seja trabalhada com os alunos, devido ao grande número de conteúdos e a falta de formação continuada do pedagogo em aplicar a EA de forma contextualizada em todas as disciplinas.

No entanto, o que se observa é que existem muitas dificuldades que limitam a inserção da EA na escola, dentre elas o currículo rigidamente disciplinar que impossibilita, em muitas situações, que o professor aplique projetos diferenciados ou realize atividades extras contemplando a EA, além disso, há a falta de suporte teórico e metodológico para o exercício da transversalidade, tanto do profissional como dos gestores envolvidos no processo de ensino.

Visualizou-se que a utilização de projetos é muito comum nas escolas abordando o tema EA, no entanto, nem todos no espaço escolar se envolvem com as iniciativas, o que evidencia que as escolas, direção e equipe pedagógica, não têm se interessado efetivamente pelo assunto.

Por fim, é importante que tenhamos consciência da posição das escolas diante da formação das crianças, dessa forma a disciplina EA cumpre o papel de conscientizá-las sobre a importância em se preservar a natureza e o meio em que elas vivem. Algumas atitudes simples podem ser aplicadas no dia-a-dia da criança e precisam ser trabalhadas em seu cotidiano escolar diariamente, não apenas em projetos ou atividades aleatórias que não demonstram a complexidade e muito menos a relevância de um tema tão abrangente e importante para todos.

Enfim, conclui-se que ainda há muito a fazer para que a EA seja abordada na escola a fim de incutir uma consciência ambiental nos alunos para a preservação de nossos recursos e os cuidados necessários com o meio ambiente.

REFERÊNCIAS

ALTVATER, Elmar. **O preço da riqueza**. Pilhagem ambiental e a nova (des) ordem mundial. Editora UNESP, São Paulo, SP, 1995.

ANDRADE, D.F. **Implementação da Educação Ambiental em escolas**: uma reflexão. In: Fundação Universidade Federal do Rio Grande. Revista Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental, Rio Grande, RS, v.4, out/nov/dez, 2000.

BOGDAN, R. C.; BIKLEN, S. K. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Portugal: Porto Editora, 1982.

BONOTTO, D. M. B. Formação docente em Educação Ambiental utilizando técnicas proletivas. **Paidéia**, v.15, n.32, p. 433 - 440, 2009.

BRASIL, Ministério da Educação e do Desporto, **Lei nº. 9.795** de 27 de abril de 1999. Dispõe sobre a educação ambiental, institui a Política Nacional de Educação Ambiental e dá outras providências. Diário Oficial da República Federativa do Brasil, Brasília, n. 79, 28 abr. 1999.

BRASIL. **Lei 6.938**, de 31 de agosto de 1981. Disponível em: http://www.sigam.ambiente.sp.gov.br/sigam2/legisla/C3%A7%C3%A3o%20ambiental/lei%20fed%201981_6938.pdf. Acesso em 14/05/2019 às 20:30.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria da Educação Básica. **Base nacional comum curricular**. Brasília, DF, 2016. Disponível em: <<http://basenacionalcomum.mec.gov.br/#/site/inicio>>. Acesso em: nov. 2019.

CARNEIRO, E.J. Política ambiental e a ideologia do desenvolvimento sustentável. In: ZHOURI, A.; LASCHEFSKI, K.; PEREIRA, D.B. (Orgs.). **A insustentável leveza da política ambiental** - desenvolvimento e conflitos socioambientais. Belo Horizonte: Autêntica, 2005.

CAPRA, F. **Alfabetização Ecológica**: o desafio para a educação do século 21. 3. ed. Rio de Janeiro: Sextante, p.14, 2003.

CARVALHO, N.V. De Estocolmo à ECO 92. In: RESENDE, P.E.A. (Org.). **Ecologia, sociedade e estado**. São Paulo: Educ, 2001.

CARVALHO, I.C de.M. **Educação Ambiental**: a formação do sujeito ecológico. São Paulo, Cortez, Coleção Docência em Formação, 2004.

COMISSÃO MUNDIAL PARA O MEIO AMBIENTE E DESENVOLVIMENTO-COMMUDA. Nosso futuro comum. 2ed. Rio de Janeiro: FGV, 1988, 1991.

DIAS, G. F. **Educação Ambiental Princípios e Práticas**. 9. ed. São Paulo: Gaia, 2004.

DURKHEIM, Emile. **As regras do método sociológico**. São Paulo: Editora Nacional, 1987.

EFFTING, T. R. **Educação Ambiental nas Escolas Públicas: Realidade e Desafios**. Marechal Cândido Rondon, 2007. Monografia (Pós Graduação em “Latu Sensu” Planejamento Para o Desenvolvimento Sustentável) – Centro de Ciências Agrárias, Universidade Estadual do Oeste do Paraná – Campus de Marechal Cândido Rondon, 2007.

FARIAS, K. L ; ANDRADE, R. C. B. de. Educação Ambiental: o manguezal no ensino fundamental. **Rev. Eletrônica do Mestrado em Educação Ambiental**. Vol. 25, 2010. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/remea/article/view/3509>. Acesso em 09/11/219 às 16:26

FAZENDA, I.C.A. **Interdisciplinaridade: Qual sentido?** São Paulo: Paulus, 2003.

FERREIRA, C. F. B. **Formação de professores: concepções e práticas pedagógicas de educação ambiental** [Dissertação]. Rio de Janeiro: Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia do Rio de Janeiro, 2010.

GADOTTI, M. **Perspectivas atuais da educação**. Porto Alegre: Artes Médicas, 2000.

GIDDENS, Anthony. **A constituição da sociedade**. São Paulo: Martins Fontes, 1989.

GUIMARÃES, M. **A Dimensão ambiental na educação**. Campinas: Papyrus, 2000.

KACHAR, V. **A terceira idade e o computador: interação e produção no ambiente educacional interdisciplinar**. 2001. 206p. Tese (Doutorado em Educação) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo.

LIBÂNEO, J.C. **Organização e Gestão da Escola: teoria e prática**. 5. ed. Revisada e ampliada. Goiânia: Alternativa, 2004.

LÜDKE, M; ANDRÉ, M. E. D. **A pesquisa em educação: abordagens qualitativas**. São Paulo: EPU, 1986.

MILLER, G. T. J. **Ciência Ambiental: TRAD. ALL TASKS**. São Paulo: Thomson, 2007.

NOVICKI, V. GONZALEZ, W.R.C. **Competências e meio ambiente: uma análise crítica dos referenciais curriculares da educação profissional de nível técnico. Ambiente & Educação**. Rio Grande, 2009. Disponível em: <https://periodicos.furg.br/ambeduc/article/view/900/358>.

OLIVEIRA, H. M. A. **Perspectiva dos educadores sobre o meio ambiente e a educação ambiental** [Monografia]. Niterói: Universidade Federal Fluminense; 2005.

RODRIGUES, M. M. Política Nacional do Meio Ambiente e a eficácia de seus instrumentos. **Revista Âmbito Jurídico**, Rio Grande, 74, (2010). Disponível em: <http://www.ambito-juridico.com.br/pdfsGerados/artigos/7500.pdf>.

STERLING, S. **Sustainable education**: revisioning learning and change. Bristol, UK: Green Books, 2001.

UNESCO. **Educação ambiental**: as grandes orientações da Conferência de Tbilisi. Brasília, DF: IBAMA, 1997.

UNESCO. **Educação para um futuro sustentável**: uma visão transdisciplinar para ações compartilhadas. Brasília: Ed. IBAMA, 1999.

VASCONCELOS, P. A. S. Educação Ambiental e a química licenciatura: as concepções de professores. **Revista monografias ambientais**, v. 11, 2013.

VEIGA, I. P. A. **A prática pedagógica do professor**. 11.ed. Campinas, SP: Papyrus, 2008.

APÊNDICES

APÊNDICE A – Questionário aplicado à coordenadora da escola.

Dados do Entrevistado:

Sexo: _____ Idade: _____

Formação/graduação: _____

Tempo de atuação na Educação: _____

01) A escola desenvolve projetos de educação ambiental? Qual (is) projetos são desenvolvidos ao longo do ano letivo?

02) Quantos professores da escola estão envolvidos no desenvolvimento dos projetos? Quais dificuldades eles enfrentam?

03) Como é a participação e o envolvimento dos alunos nos projetos?

04) Qual a sua opinião sobre a inserção do tema EA no currículo do ensino fundamental?

APÊNDICE B - Questionário aplicado aos professores.**Parte I: Perfil do Entrevistado**

Idade: _____

Sexo: Feminino () masculino ()

Formação (curso de graduação): _____

Turma em que atua: _____

Há quanto tempo está lecionando? _____

Parte II - Em Relação a sua Atividade Docente

01) Você já participou de alguma atividade, programas ou curso que aborde meio ambiente e educação ambiental? Quais?

02) A escola que você trabalha possui alguma atividade ou projeto que visa preservar o meio ambiente ou de Educação Ambiental? Caso afirmativo, qual (is)?

03) Você aborda o tema meio ambiente na sua disciplina? (Ou desenvolve práticas de educação ambiental na sua disciplina) ?

04) De que forma e com que frequência você aborda o tema meio ambiente em sala de aula?

05) Você acha que a sua didática de ensino quando aborda o tema EA muda o comportamento do seu aluno diante da sociedade?

06) Você tem dificuldade de trabalhar temas relacionados ao meio ambiente e EA com seus alunos? Qual (is) motivos geram essas dificuldades?

TERMO DE RESPONSABILIDADE DE PLÁGIO

Eu, Manuela Santos Eustáquio,
acadêmica do Curso de Licenciatura em Pedagogia da Faculdade Amadeus/FAMA,
orientada pela Prof. (a) e Dr. (a)
Maria Auxiliadora Santos, declaro para os devidos fins
que o Trabalho de Conclusão de Curso:
Educação Ambiental no Ensino Funda-
mental Menor: A ação pedagógica dos
docentes, atende às
normas técnicas e científicas exigidas na elaboração de textos e ao Regulamento
para Elaboração do TCC da referida Instituição.

As citações e paráfrases dos autores estão indicadas e apresentam a origem
e ideia do autor (a) com as respectivas obras e anos de publicação.

O Código Penal em vigor, no Título que trata dos Crimes Contra a Propriedade Intelectual, dispõe sobre o crime de violação de direito autoral – artigo 184 – que traz o seguinte teor: Violar direito autoral: Pena – detenção, de 3 (três) meses a 1 (um) ano, ou multa. E os seus parágrafos 1º e 2º, consignam, respectivamente:

A § 1º Se a violação consistir em reprodução, por qualquer meio, com intuito de lucro, de obra intelectual, no todo ou em parte, sem autorização expressa do autor ou de quem o represente, (...): Pena – reclusão, de 1 (um) a 4 (quatro) anos, e multa, (...).

§ 2º Na mesma pena do parágrafo anterior incorre quem vende, expõe à venda, aluga, introduz no País, adquire oculta, empresta troca ou tem em depósito, com intuito de lucro, original ou cópia de obra intelectual, (...), produzidos ou reproduzidos com violação de direito autoral (Lei n.º 9.610, de 19.02.98, que altera, atualiza e consolida a legislação sobre direitos autorais, publicada no D.O.U. de 20.02.98, Seção I, pág. 3).

Declaro, ainda, minha inteira responsabilidade sobre o texto apresentado no Trabalho de Conclusão de Curso.

Aracaju SE, 12 / 12 / 19.

Manuela Santos Eustáquio

Assinatura da aluna concluinte